

NOTA TÉCNICA

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2ª FASE

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Gabriela Lotta
Giordano Magri
Claudio Aliberti
Marcela Garcia Corrêa
Amanda Lui Beck
Taciana Barcellos

REALIZAÇÃO

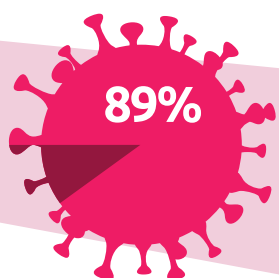
Fundação Getulio Vargas
Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB)



AGO/2020

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2ª FASE



DOS(AS) PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL SENTEM MEDO DO NOVO CORONAVÍRUS

APENAS 11% DOS(AS) PROFISSIONAIS FORAM TESTADOS



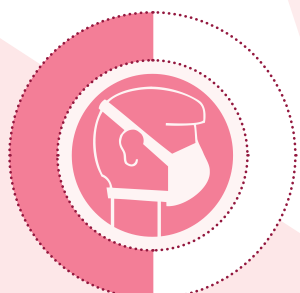
74% AFIRMAM QUE A PANDEMIA CAUSOU IMPACTOS NEGATIVOS EM SUA SAÚDE MENTAL

ENQUANTO APENAS 11% RECEBERAM APOIO INSTITUCIONAL PARA CUIDAR DISSO



74% NÃO SE SENTEM PARADOS(AS) PARA LIDAR COM A CRISE

APENAS 46% AFIRMAM TER RECEBIDO SUPORTE DE SEUS(SUAS) SUPERIORES PARA LIDAR COM A PANDEMIA



83% NÃO RECEBERAM TREINAMENTO PARA ATUAR NA PANDEMIA

50% DOS(AS) PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA NÃO RECEBERAM EPI

21% DOS(AS) RESPONDENTES ALEGARAM QUE SOFRERAM ASSÉDIO MORAL DURANTE A PANDEMIA

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2ª FASE

APRESENTAÇÃO¹

A pandemia do novo coronavírus representa uma das maiores crises da história recente no Brasil e no mundo, com impactos diretos e indiretos em todos os continentes. Esses efeitos, que vão além da crise sanitária atingem de forma mais intensa as populações expostas à maior vulnerabilidade social, culminando em um aprofundamento das desigualdades que, se antes já apresentavam níveis elevados, agora caminham para um cenário ainda mais preocupante. O crescente desemprego aliado ao alto grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro - entre outras dinâmicas estruturais - podem levar uma parcela significativa da população brasileira a adentrar (ou se aprofundar) em uma espiral de pobreza e fome durante e depois da pandemia (CARVALHO, 2020), que, no país, se alarga por quase 6 meses.

Nesse contexto, o provimento de serviços públicos de qualidade é primordial no sentido de mitigar os efeitos adversos da pandemia, e as políticas de assistência social representam elemento chave nessa estrutura. O papel central da assistência social se dá não só pela prevenção dos efeitos socioeconômicos da pandemia na vida das pessoas, mas também pelos esforços de redução dos danos aos quais essas pessoas estão expostas, viabilizando as medidas sociais e econômicas adequadas e necessárias nesse momento.

A partir desse cenário, o olhar para os(as) profissionais que atuam em contato direto com a população – o que a literatura chama de “linha de frente” ou “nível da rua” (LIPSKY, 1980 [2019]) – é crucial para a implementação das políticas sociais. Por meio de uma rede de serviços diversa, o trabalho dos(as) profissionais da assistência social se concentra tanto na criação de relações com os usuários como no estímulo à reconstrução de vínculos familiares, contribuindo para a redução das vulnerabilidades sociais desse segmento da população. Dada a variedade e complexidade de atuação, as dinâmicas de atendimento foram atingidas de diferentes formas pela pandemia: alguns setores seguem desenvolvendo atividades presenciais (como os Centros de Acolhida), enquanto outros passaram a realizar atividades de forma remota (como Centros de Criança e Adolescente). Este relatório pretende discutir os impactos do coronavírus na vida desses(as) profissionais, em suas dinâmicas de trabalho e na maneira como interagem com os(as) cidadãos(ãs).

O presente relatório, organizado pelos(as) pesquisadores(as) da FGV e do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB FGV-EAESP), busca apresentar de forma sintética os dados extraídos de um *survey* online realizado com 1.091 profissionais da assistência social de todas as regiões no Brasil. O intuito da pesquisa foi de compreender qual a percepção destes profissionais em relação aos impactos da crise em seu trabalho, bem-estar e modo de agir cotidianamente.

¹ Agradecemos aos colegas que ajudaram de diversas formas na realização da presente pesquisa: Fernanda Lima-Silva, Ceninha Francisco, Priscilla Cordeiro, Pesquisadores(as) do Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), Mario Aquino Alves e Lauro Gonzalez. Agradecemos também aos vários sindicatos e gestores que nos ajudaram a contactar profissionais da assistência que responderam ao questionário, em especial ao Conselho Federal de Serviço Social e aos Conselhos Regionais de Serviço Social do Amazonas e de São Paulo.

NOTA METODOLÓGICA

A coleta dos dados aqui apresentados foi realizada a partir da aplicação de um *survey* online² realizado entre os dias 15 de junho de 2020 e 1º de julho de 2020. Os resultados são fruto de uma amostra coletada por conveniência (não probabilística), que se delimita a partir de respostas voluntárias ao questionário. Esse tipo de amostragem é comumente utilizado por estudos exploratórios, principalmente no campo de estudos organizacionais, e produz resultados interessantes (BRYMAN, 2016). No entanto, uma limitação das amostras não probabilísticas é a incapacidade de realizar generalizações mais amplas. As dificuldades impostas pela pandemia impediram a realização de um desenho amostral probabilístico. Por esse motivo, os resultados aqui expostos não podem e nem devem ser generalizados para o universo de profissionais da assistência social no Brasil.

No mais, o contexto de urgência permite uma maior aceitabilidade do uso da amostra por conveniência (BRYMAN, 2016, p. 299), uma vez que há uma grande oportunidade de preencher uma lacuna de falta de informações sintéticas e descritivas sobre a realidade desses profissionais na linha de frente.

A crise do Coronavírus demanda diagnósticos emergenciais e respostas rápidas. Dessa forma, a estatística realizada nos resultados ora apresentados é puramente descritiva, uma vez que só pode ser vista como uma espécie de balanço sobre a população “entrevistada” (isto é, 1.091 respostas válidas dos profissionais respondentes)³. É exclusivamente sobre a percepção dessas pessoas que se pode afirmar algo. A falta de inferência estatística, portanto, não invalida os dados, apenas circunda a análise a um universo específico (n = 1.091).

Vale mencionar que o presente esforço corresponde à segunda fase da pesquisa “A pandemia de COVID-19 e os(as) profissionais da assistência social no Brasil”⁴. A continuidade da investigação iniciada em abril deste ano se fez necessária à medida que o cenário nacional da pandemia do novo Coronavírus tem continuamente se agravado em termos do número de mortes e casos confirmados. Os balanços mais recentes divulgados pelo Ministério da Saúde estimam cerca de 100 mil mortes e mais de 2 milhões de casos confirmados em todo país.

A segunda fase da pesquisa sofreu algumas adaptações, sendo uma delas a revisão e aprimoramento do desenho do questionário – inclusive a partir da adaptação de perguntas antes de caráter aberto e dos aprendizados cumulados. Entre a primeira e a segunda fase da pesquisa, é possível perceber uma duplicação das respostas (em abril foram 456 respondentes), fator que pode estar relacionado à maior capilaridade do alcance das redes dos(as) profissionais e confiabilidade na pesquisa após a divulgação dos primeiros resultados.

2 O “survey” corresponde a um método de coleta de dados e se delimita a partir da construção de um roteiro estruturado de perguntas elaboradas e ordenadas a partir da pergunta de pesquisa (research question) delimita pelos(as) pesquisadores(as). Ainda, segundo Bryman (2016) as vantagens de se aplicar um “survey online” são: (i) o desenho do questionário permite perguntas condicionadas; (ii) fácil visualização do questionário e múltiplas formas de perguntas (abertas, múltipla escolha, numéricas, áudios, etc); (iii) conversão automática em uma base de dados, o que facilita o processo de codificação das informações.

3 Vale mencionar que foram recebidas 1.147 respostas iniciais, das quais 56 eram duplicadas (e por isso foram retiradas da presente análise).

4 Para mais detalhes sobre, conferir a nota técnica com os resultados referentes a primeira etapa (cujos dados foram coletados entre 15 de abril de 2020 e 1º de maio de 2020): <https://nebuocracia.files.wordpress.com/2020/06/rel03-social-covid-19-depoimentos.pdf>

PANORAMA GERAL: O QUE OS DADOS NOS DIZEM?

Perfil dos(as) respondentes

Inicialmente, ao traçarmos um perfil dos(as) respondentes, temos que 85,7% são mulheres, apenas 12% são homens e, ainda, uma pessoa se identifica como trans masculino e outra como não binária - 2,1% preferiram não declarar. No que se refere à cor/raça, há uma maioria de brancos(as) (44,2%) e pardos(as) (36,6%), com uma parcela menor de pretos(as) (15,2%), amarelos(as) (1,28%) e indígenas (0,27%). Ao levarmos em conta os aspectos da interseccionalidade, os dados mostram que a maioria dos(as) respondentes é mulher e branca (39,5%), seguida de mulheres pardas (31%) e pretas (12,5%). As mulheres negras representam 43,5% da amostra.

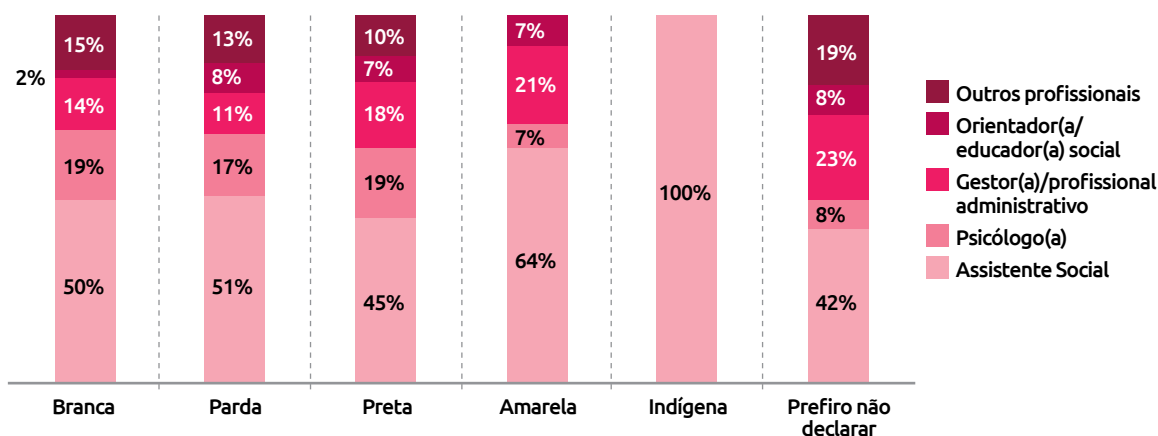
Por meio das unidades federativas indicadas pelos(as) respondentes em suas respostas, foi possível verificar que a maioria dos(as) trabalhadores(as) respondentes se concentram na região Sudeste (60%), seguida do Nordeste (22%). Os demais 18% estão distribuídos entre Centro-Oeste (7%), Norte (7%) e Sul (4%).

O tipo de serviço no qual o(a) respondente trabalha também foi objeto de investigação em uma das perguntas da pesquisa. Os resultados apontaram uma heterogeneidade, com a participação de trabalhadores(as) da proteção básica, média complexidade e alta complexidade, distribuídos em diferentes profissões e modelos de gestão do serviço.

A pesquisa indicou também quem era o responsável direto pela gestão do equipamento onde o(a) respondente atua. 82% dos serviços são geridos diretamente pelo Estado, enquanto as organizações da sociedade civil representam 17% do total - o restante é composto por outro tipo de gestão (privada, por exemplo) ou a pessoa não soube responder.

Os(as) trabalhadores(as) se organizam em cinco grupos de profissões. Além dos 49,6% de assistentes sociais, a pesquisa contou com outros 18% de psicólogos(as), 5,1% de orientadores(as)/educadores(as) sociais, 13,5% de gestores(as)/profissionais do administrativo e 13,6% de outros profissionais, o que engloba sociólogos(as), pedagogos(as), advogados(as), cozinheiros(as) e profissionais da limpeza. Ao cruzarmos os dados obtidos por profissão e raça, o resultado mostra que a proporção de assistentes sociais varia pouco entre quem se identifica como branco(a), pardo(a) ou preto(a), com um percentual de 50%, 51% e 42%, respectivamente. O Gráfico 01 a seguir ilustra bem esse panorama.

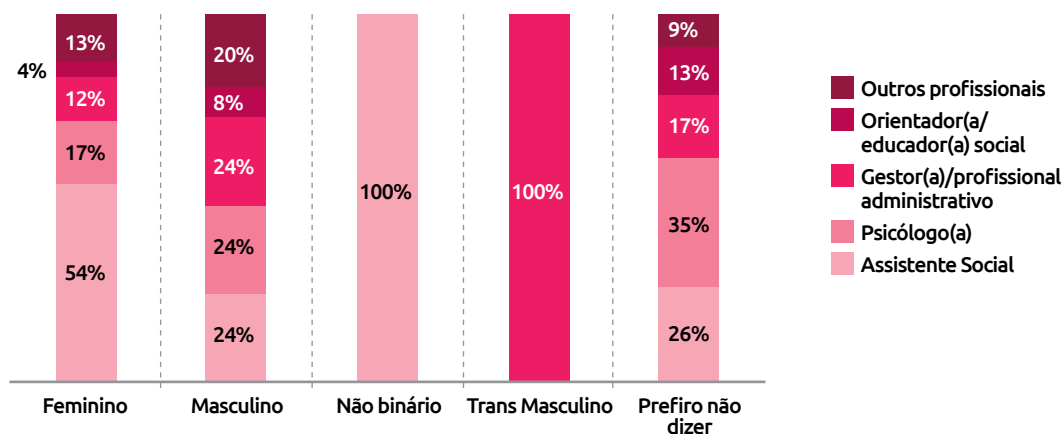
Gráfico 01 - Composição racial - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n = 1091). Fundação Getúlio Vargas.

Quando observamos a distribuição de gênero por profissão, percebemos que a maioria das mulheres respondentes da pesquisa trabalha como assistente social (54%), com o restante se dividindo entre psicólogas (17%), gestoras/profissionais do administrativo (12%), orientadora/educadora social (4%) e outras profissionais (13%). O Gráfico 02 ainda mostra que os homens, por sua vez, se distribuem igualmente entre assistentes sociais, psicólogos e gestores/profissionais do administrativo, todos com 24% do total, enquanto 20% se enquadra em outros profissionais e 8% como orientador/educador social.

Gráfico 02 - Composição de gênero - por profissão (%)

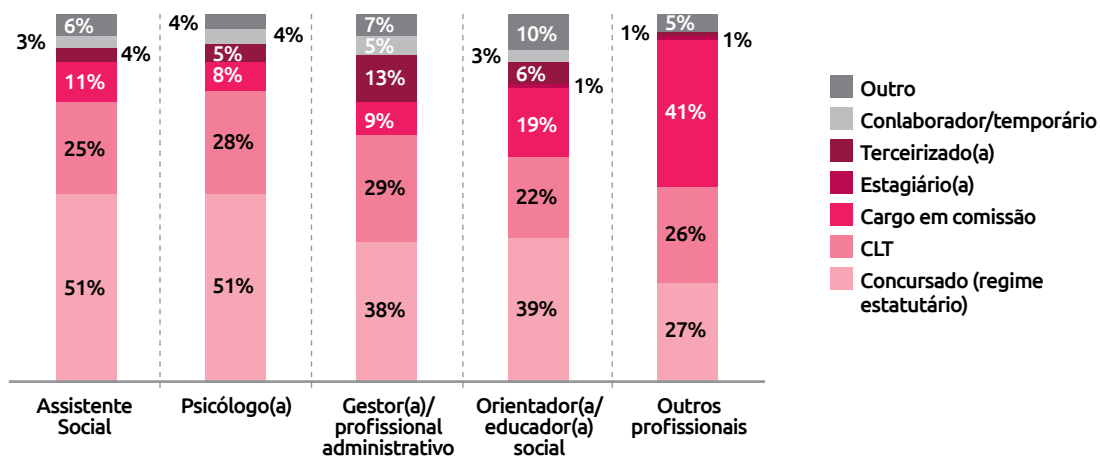


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

O tipo de vínculo trabalhista também foi objeto de uma das perguntas da pesquisa. As respostas indicaram que 45% dos(as) respondentes estão sob o regime estatutário (concursados), 25% são contratados via CLT, 16% estão em cargo de comissão, 4% são terceirizados(as), 3% são colaboradores(as)/temporários(as) e os restantes 6% apontaram outro tipo de vínculo. Ao segmentarmos esses dados por

profissão, observamos que assistentes sociais e psicólogos(as) possuem distribuição semelhante entre os tipos de vínculo trabalhista, com cerca de metade dos(as) profissionais em regime estatutário, um quarto deles(as) em regime CLT e aproximadamente 10% em cargo de comissão. Os(as) gestores(as)/profissionais administrativos(as), por sua vez, apresentaram o maior percentual de terceirizados(as) entre todas as profissões, como mostra o Gráfico 03.

Gráfico 03 - Vínculo trabalhista - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

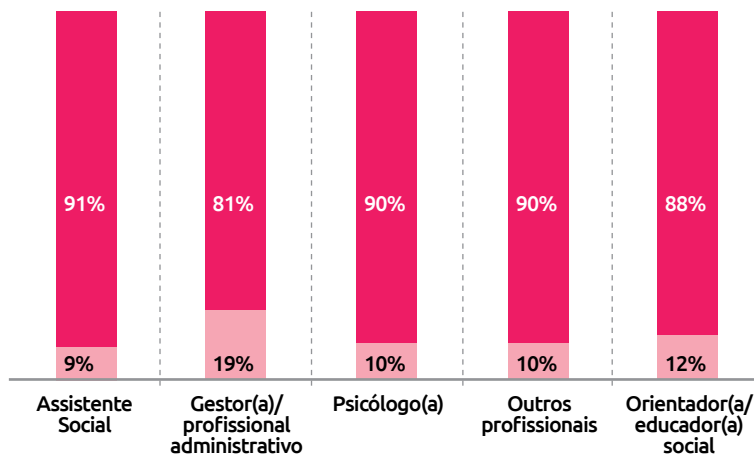
Ademais, 71,8% dos(as) participantes disseram que trabalham na área há menos de 10 anos. Em concomitância, 69% atua há menos de 10 anos na atual localidade em que trabalha. 70,5% dos(as) profissionais da assistência social responderam que possuem vínculos com o território onde atuam. Isso sugere um perfil jovem e com alto vínculo territorial.

Medo e sensação de preparo

As primeiras perguntas do questionário a serem analisadas dizem respeito aos aspectos de medo do coronavírus e sensação de preparo para o enfrentamento à crise. Quando indagamos sobre o medo do coronavírus, 89% dos(as) respondentes afirmam ter medo de se contaminar. A segmentação por profissão nos mostra que aqueles que demonstram mais medo são os(as) assistentes sociais (91%), acompanhados(as) de psicólogos(as) (90%), orientadores(as)/educadores(as) sociais (88%) e outros(as) profissionais (90%). Conforme aponta o Gráfico 04 abaixo, gestores(as)/profissionais do administrativo são os que comparativamente sentem menos medo (81%), o que pode ser explicado pela natureza de menor frequência de contato com o público atendido.

“O medo tornou as pessoas indiferentes.”

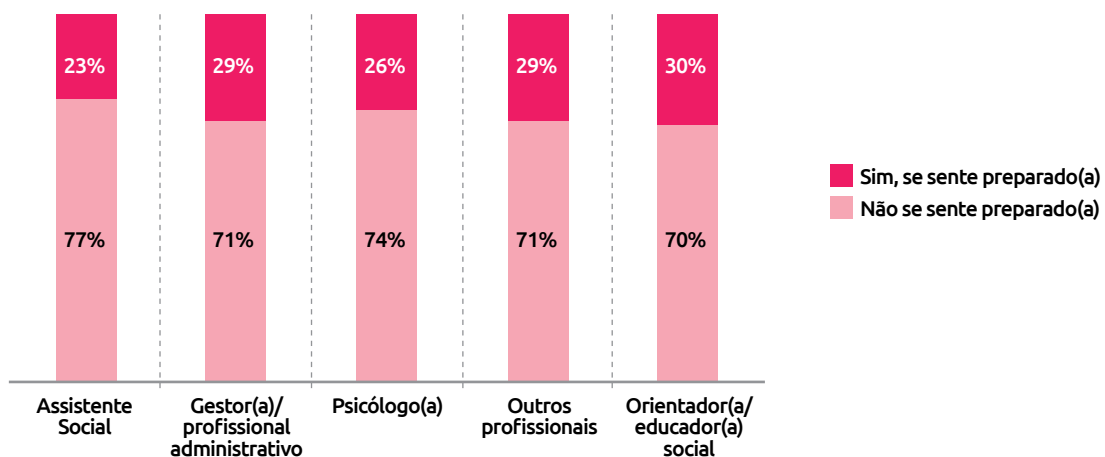
Gráfico 04 - Medo do coronavírus - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Com relação à sensação de preparo sob a perspectiva dos(as) trabalhadores(as), um total de 74% dos(as) respondentes afirma que não se sente preparado(a) para lidar com a crise do coronavírus, sendo que, ao analisarmos o recorte por região, o Nordeste contou com o percentual mais alto de respondentes(as) que se dizem despreparados(as) (77%), próximo do Centro-Oeste, com 76%, e do Sudeste (75%). As regiões Norte e Sul demonstraram um menor percentual de profissionais que não se sentem preparados - 64% e 61%, respectivamente. Com relação às profissões dentro da assistência, os(as) assistentes sociais foram os que apresentaram maior proporção de profissionais que não se sentem preparados, com um percentual de 77%, número um pouco maior que o de orientadores(as)/educadores(as) sociais (71%). No geral, todas as profissões apontaram que mais de 70% dos(as) profissionais não se sentem preparado(a), como mostra o Gráfico 05:

Gráfico 05 - Percepção sobre a sensação de preparo - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Sobre as motivos dessa falta de preparo, os(as) respondentes a atribuem a percepções negativas quanto à atuação dos governos, à incerteza e desconhecimento perante a questão sanitária e à falta

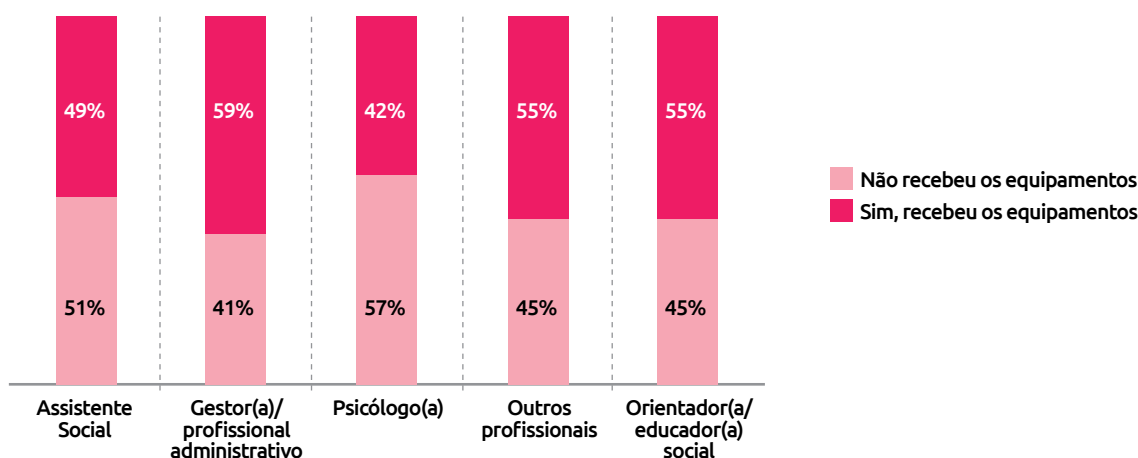
“Embora não tenhamos recebido do Estado o treinamento adequado, temos buscado a informação nas fontes mais seguras no momento, que são a OMS e o Ministério da Saúde. E como a recomendação destas autoridades é o isolamento social, o distanciamento, o uso de máscaras e o álcool gel, não tem como não mudar a forma como você se relaciona com as pessoas. A nossa cultura é de proximidade e qualquer coisa que venha a mudar abruptamente essa cultura transforma tudo. É quase um caos mental.”

de isolamento e consciência de parte da população. Entre os 24,7% que se sentem preparados, grande parte relata o acesso à informação e à proteção individual como os principais fatores dessa percepção positiva.

Condições de trabalho e suporte ao(à) trabalhador(a)

A gravidade da crise do coronavírus e a complexidade do seu enfrentamento demandam um suporte adequado aos(às) profissionais atuantes a fim de propiciar um ambiente seguro e mitigar os prejuízos das duras condições de trabalho aos quais estão sujeitos nesse momento. Nesse sentido, traçamos um cenário que se iniciou com a pergunta sobre o fornecimento equipamentos de proteção, a qual mostrou que 50% dos(as) respondentes não receberam os equipamentos necessários para o enfrentamento ao coronavírus. Os dados mostram ainda que, na região Centro-Oeste, o percentual de profissionais que não receberam equipamentos é de 67%, maior se comparado às regiões Sul (57%), Nordeste (50%), Sudeste (48%) e Norte (42%). A distribuição dos percentuais por profissão está representada no Gráfico 06, com destaque para os(as) psicólogos(as), profissão na qual 57% dos(as) trabalhadores(as) afirmaram não terem recebido os equipamentos de proteção necessários. O cenário é preocupante, uma vez que duas das profissões que mais têm contato direto com a população e, conseqüentemente, mais dependem dos EPIs - assistentes sociais e psicólogos(as) - são justamente aquelas com maior proporção de profissionais que afirmam não ter esses equipamentos à disposição.

Gráfico 06 - Fornecimento de EPIs para enfrentamento ao coronavírus - por profissão (%)



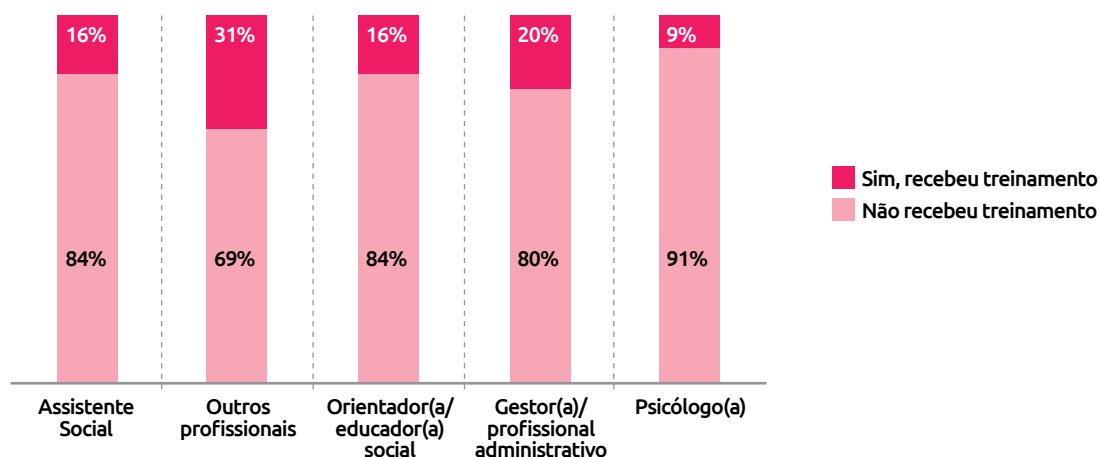
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

No entanto, a percepção sobre a qualidade do equipamento dentre os(as) que afirmam ter recebido esses materiais apresentou resultados mais adequados ao exercício da profissão neste momento. Entre os(as) psicólogos(as), 81% relataram que a qualidade do EPI é excelente, muito boa ou boa, enquanto entre assistentes sociais esse percentual é de 77%. Entre gestores(as)/profissionais do administrativo é de 88%, entre orientadores(as)/educadores(as) sociais chega a 81% e, por fim, entre outros profissionais esse número alcançou 87%.

“Utilizo todo o protocolo, comprei minhas próprias máscaras, luvas para quando for necessário, comprei meu álcool e levo comigo sabonete, etc... Evito ao máximo o atendimento presencial, mas quando necessário o faço com distância segura e utilizando meus EPIS. Sempre que posso faço doação de EPIS para os usuários.”

Além do fornecimento de equipamentos de proteção, 83% dos(as) respondentes afirmam não ter recebido treinamento para lidar com a crise do coronavírus. A região Sul foi a que apresentou menor percentual de respondentes que afirmaram ter recebido treinamento - apenas 7% - acompanhada de perto pelo Centro-Oeste (11%). As regiões Nordeste (14%), Sudeste (19%) e Norte (26%) indicaram percentual comparativamente mais alto, mas ainda muito abaixo do adequado para um combate qualificado a uma pandemia dessas proporções. Com um cenário mais heterogêneo, a distribuição entre profissões exposta no Gráfico 07 aponta uma defasagem considerável de treinamento no grupo de assistentes sociais e psicólogos(as), funções chave na construção de um serviço de qualidade, mas onde apenas 16% e 9% dos(as) respondentes, respectivamente, afirmam terem sido treinados(as) para lidar com o coronavírus.

Gráfico 07 - Treinamento para lidar com o coronavírus - por profissão (%)

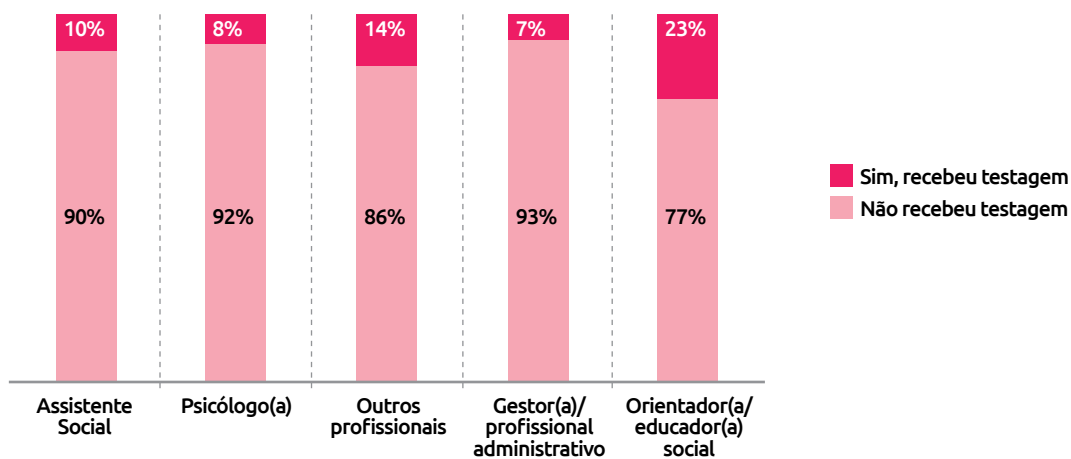


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

A testagem em massa vem sendo foco de diversos debates por ser um dos esforços centrais a serem feitos para orientar de forma assertiva as ações de combate à crise do coronavírus. Embora os(as) profissionais da linha de frente sejam diretamente atingidos pela crise devido à constante exposição ao vírus, os dados

da pesquisa mostram que apenas 11% dos(as) respondentes receberam testagem por parte do serviço em que trabalha. Esse é um dado sintomático do grau de subnotificação e da insuficiência das políticas de enfrentamento ao coronavírus no Brasil. Quando analisamos as cinco macrorregiões, temos que Sudeste e Sul, com 7% e 9%, respectivamente, são os(as) que apresentaram menor percentual de profissionais testados dentro do universo da pesquisa, seguidos por Centro-Oeste (14%), Norte e Nordeste, ambos com 18%. O Gráfico 08 indica ainda que a distribuição de testagem entre as profissões não é homogênea, com gestores(as)/profissionais do administrativo, psicólogos(as) e assistentes sociais apresentando percentuais de apenas 7%, 8% e 10% de profissionais testados, enquanto outros profissionais (14%) e orientadores(as)/educadores(as) sociais (23%) indicam uma proporção um pouco maior.

Gráfico 08 - Testagem - por profissão (%)

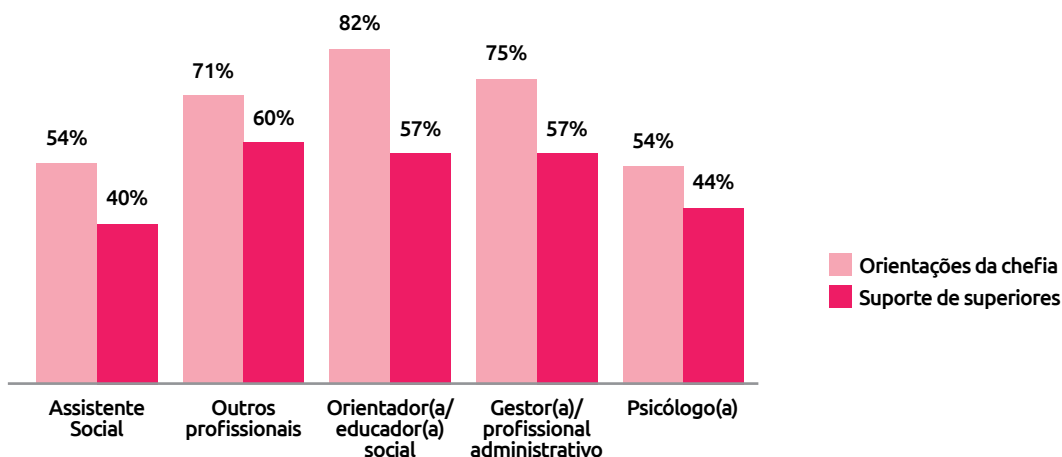


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

No âmbito do suporte oferecido ao(à) trabalhador(a), buscamos entender de quem partia esse apoio ou a falta dele. Inicialmente, através da pergunta “Você recebeu orientações da sua chefia sobre como atuar durante a crise?”, 61% dos(as) respondentes sinalizaram positivamente. O Gráfico 09 mostra como se deu a variação entre as profissões, com assistentes sociais e psicólogos(as) indicando menor percentual de profissionais que disseram ter recebido orientações da chefia se comparadas às outras profissões - ambos com 54%.

Ainda na mesma linha, perguntamos se os(as) respondentes sentem suporte de seus(suas) superiores(as) para enfrentar a crise, e o resultado geral aponta que apenas 46% responderam positivamente. Na distribuição por profissão, o cenário indica que assistentes sociais (40%) e psicólogos(as) (44%) são, novamente, aqueles cujo percentual dos(as) que acreditam terem tido suporte dos(as) superiores(as) é mais baixo. O mesmo Gráfico 09 traz o panorama de respostas positivas por profissão, ou seja, o percentual de profissionais que indicaram ter recebido orientações da chefia e ter recebido suporte de superiores(as).

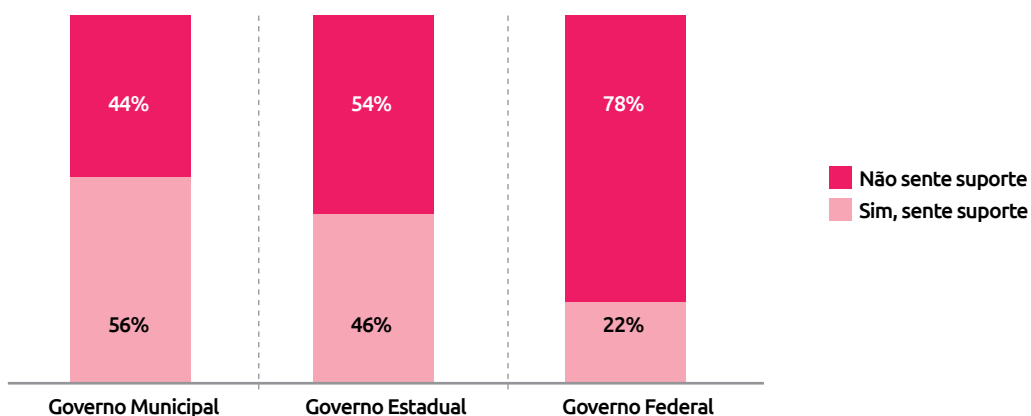
Gráfico 09 - Percepção positiva sobre orientações da chefia e suporte de superiores - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa. Nota: o gráfico indica apenas o percentual de respostas positivas. Fundação Getúlio Vargas

De forma análoga, a pesquisa buscou compreender como os três níveis de governo têm dado suporte a esses(as) trabalhadores(as). Os resultados ilustrados pelo Gráfico 10 mostram que a percepção de apoio se torna mais negativa conforme subimos o nível de governo. Enquanto 56% dos(as) responderam que o governo municipal tem dado suporte, esse número cai para 46% no governo estadual e para 22% quando perguntamos sobre o governo federal.

Gráfico 10 - Percepção sobre suporte dos três níveis de governo (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa. Cada nível de governo representa o total de respondentes (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Ao analisarmos as percepções dos(as) profissionais de cada uma das profissões representadas na pesquisa, os resultados mostram que, de modo geral, psicólogos(as) e assistentes sociais são os que demonstram mais insatisfação com o suporte oferecido pelos três níveis de governo, mas também com uma avaliação mais

negativa do governo federal, em que apenas 14% e 19% dos(as) profissionais dessas carreiras, respectivamente, têm uma percepção positiva sobre o suporte desse nível de governo, conforme indica a Tabela 01.

Tabela 01 - Percepção positiva sobre o suporte dos governos - por profissão (%)

	Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal
Assistente Social	52%	42%	19%
Outros profissionais	63%	52%	35%
Orientador(a)/educador(a) social	66%	61%	38%
Gestor(a)/profissional administrativo	69%	53%	29%
Psicólogo(a)	50%	44%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa. Nota: o 100% corresponde ao total de respondentes (n = 1.091) e as porcentagens expressas na tabela dizem respeito às percepções positivas. Fundação Getúlio Vargas

“Sou trabalhadora do SUAS atuo na linha de frente do novo coronavírus e somos colocados de lado, sem nenhuma orientação e acompanhamento pelos nossos (gestores, diretores, legislativos e executivos) temos que buscar suporte com os colegas de outros equipamentos. Tá muito difícil trabalhar com segurança.”

Os dados por macrorregião também seguem a tendência geral de melhor avaliação dos governos municipais frente aos governos estaduais, e de ambos frente ao governo federal, com exceção do Centro-Oeste, região em que a parcela de respondentes que avaliam positivamente o governo estadual é maior do que os que o fazem com relação aos governo municipal e federal. A Tabela 02 detalha todas as informações:

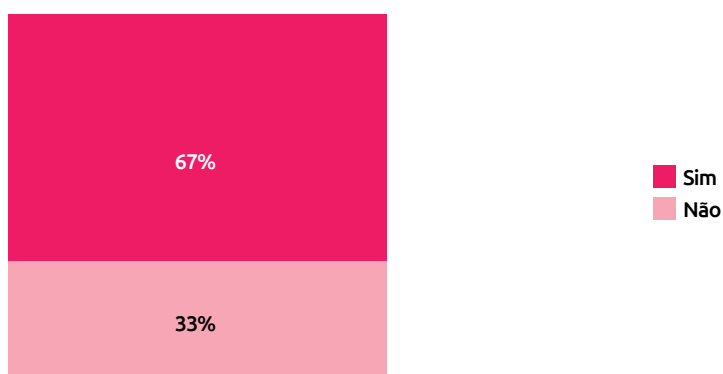
Tabela 02 - Percepção positiva sobre o suporte dos governos - por região (%)

	Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal
Centro-Oeste	33%	41%	24%
Nordeste	65%	60%	28%
Norte	64%	60%	26%
Sudeste	55%	39%	21%
Sul	59%	48%	5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa. Nota: o 100% corresponde ao total de respondentes (n = 1.091) e as porcentagens expressas na tabela dizem respeito às percepções positivas. Fundação Getúlio Vargas

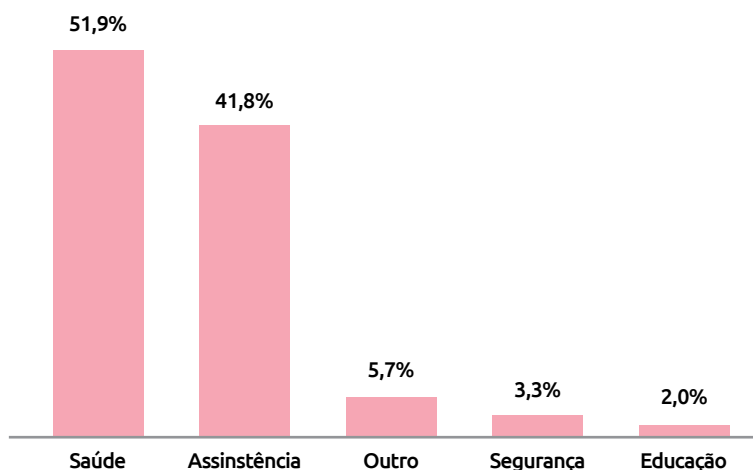
A pesquisa avaliou também em que medida os(as) profissionais da assistência social estão fazendo articulações com outros serviços públicos a fim de buscar alternativas para resolverem as problemáticas que enfrentam. Este tipo de articulação intersectorial é especialmente importante em momentos de crise, quando as vulnerabilidades se exacerbam e os esforços de coordenação são ainda mais essenciais. O Gráfico 11 abaixo aponta que 67% dos(as) respondentes alegaram ter realizado algum tipo de articulação com outros serviços durante a crise.

Gráfico 11 - Panorama geral da articulação dos(as) profissionais da assistência social com outros serviços durante a crise



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Gráfico 12 - Setores que os(as) profissionais da assistência social realizaram articulação



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n = 732). Fundação Getúlio Vargas

Do total de profissionais da assistência social que realizam articulações com outros serviços (n = 732), 51,9% responderam se articular com áreas da saúde (Básica, Hospitalar, Especializada, Vigilância), 41,8% com outras áreas da assistência social (CRAS, CREAS, centros especializados e etc.), 3,3% com a segurança pública (Polícia Militar, Civil, Guarda Municipal e etc.), 2% com a educação e 5,7% com outros tipos de serviços.

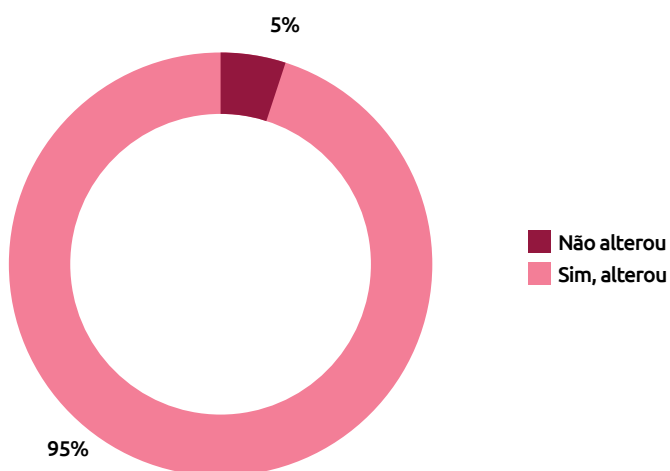
Dinâmicas de trabalho e interação com os cidadãos

As interações entre profissionais de linha de frente e cidadãos(ãs) são centrais para uma compreensão das dinâmicas envolvidas na implementação de uma política pública (Lipsky (2019 [1980])). Tendo isso em vista, realizamos uma série de perguntas a fim de captar a percepção dos(as) respondentes sobre esse tema. De início, 95% dos(as) profissionais afirmaram que tiveram suas rotinas de trabalho alteradas por conta da pandemia, e dentre as mudanças apontadas estão a convivência e socialização entre pares, a falta de contato com o usuário devido ao distanciamento social e o uso de novas tecnologias.

“Estamos tendo que nos reinventar todos os dias para lidarmos com as diversas situações que se apresentam, como por exemplo, um público novo que agora está necessitando da Assistência Social, como pequenos empresários, o setor do turismo dentre outros, que perderam parcial ou por completo sua renda.”

A pesquisa buscou compreender também se os(as) respondentes sentem que a forma de se relacionar com os(as) usuários(as) se modificou. A grande maioria dos(as) participantes da pesquisa (95%) acredita que ocorreram mudanças nesse quesito, dentre as quais se destacam: a forma de interagir e atender as pessoas, a necessidade de distanciamento e a falta de contato físico, que impedem recepções e encontros mais afetuosos; os cuidados constantes com higienização do ambiente e proteção pessoal; o estabelecimento do teletrabalho; o medo de interagir com os(as) usuários(as); o estresse e ansiedade; a suspensão de diversos serviços como visitas domiciliares e atividades em grupo, entre outros.

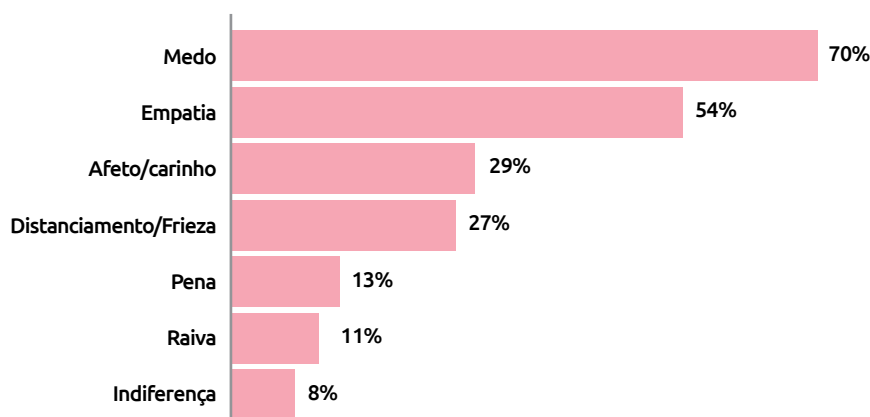
Gráfico 13 - Percepção sobre alteração na relação com os(as) cidadãos(ãs) (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Através da pergunta “Quais emoções você sentiu/sente no contato com o cidadão durante a pandemia?”, constatamos que o medo é o sentimento com maior presença na amostra de profissionais que participaram da pesquisa, seguido de empatia (54%) e afeto/carinho (29%) - sentimos que possuem um caráter positivos e estão relacionados ao tipo de interação estabelecida entre profissional e cidadão(ã). O Gráfico 14 detalha o panorama:

Gráfico 14 - Emoções no contato com o(a) cidadão(ã) (%)



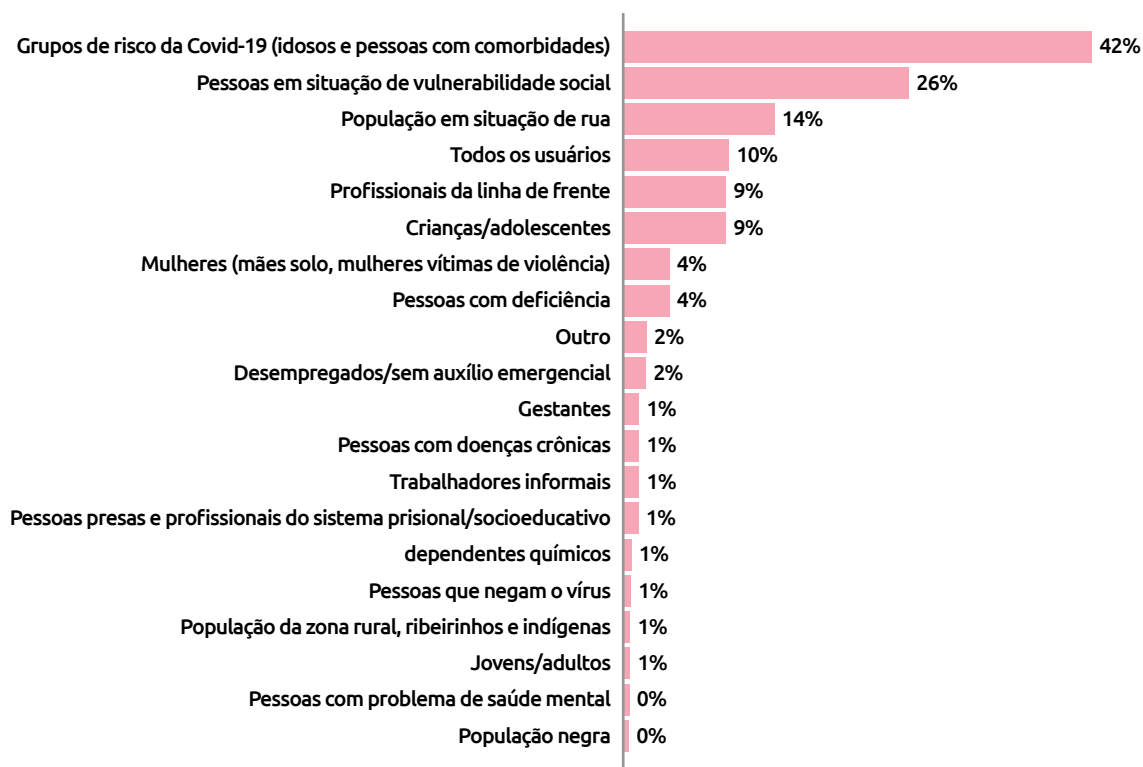
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Nota: os(as) respondentes puderam escolher mais de uma opção, logo, a soma do percentual é superior a 100%. Fundação Getúlio Vargas

Dentre as situações que provocaram esses sentimentos, 73% dos(as) respondentes afirmaram que isso se deve aos riscos à saúde, enquanto 50% indicaram o isolamento social, 44% o risco à saúde dos familiares e 33% a interrupção do atendimento presencial. O restante se dividiu entre falta de contato físico (31%), queda na renda familiar (27%), falta de EPI (22%), sobrecarga de trabalho (22%), desemprego (21%) e interrupção do trabalho (11%).

Parte importante na compreensão das dinâmicas de trabalho e das interações com os(as) cidadãos(ãs) é entender quem são as pessoas atendidas pelo serviço público - neste caso, a assistência social. Tendo isso em vista, pensamos em traçar um panorama do perfil do público atendido pelos(as) trabalhadores(as) da assistência social que participaram da pesquisa através da pergunta “Quem você considera que são os usuários (do serviço em que atua) mais vulneráveis neste momento de crise?”. As respostas nos indicaram que, na percepção de 46% dos(as) respondentes, as pessoas que pertencem aos grupos de risco da COVID-19 (idosos(as) e pessoas com comorbidades) são as mais vulneráveis, seguidas de pessoas em situação de vulnerabilidade social (26%) e população em situação de rua (14%). É importante reforçar que a vulnerabilidade social do público atendido é multidimensional, portanto alguns grupos informados pelos(as) respondentes podem estar contidos em outros. No entanto, a listagem observada no Gráfico 15 dá um panorama sobre o elevado grau de distinção e de complexidade envolvidos nas vulnerabilidades características do público atendido pela assistência social.

“Exercício de empatia e solidariedade. Não estamos no mesmo barco. Os mais vulneráveis estão mais expostos e sofrem mais. Todos estão sendo afetados de alguma forma.”

Gráfico 15 - Público mais vulnerável (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas.

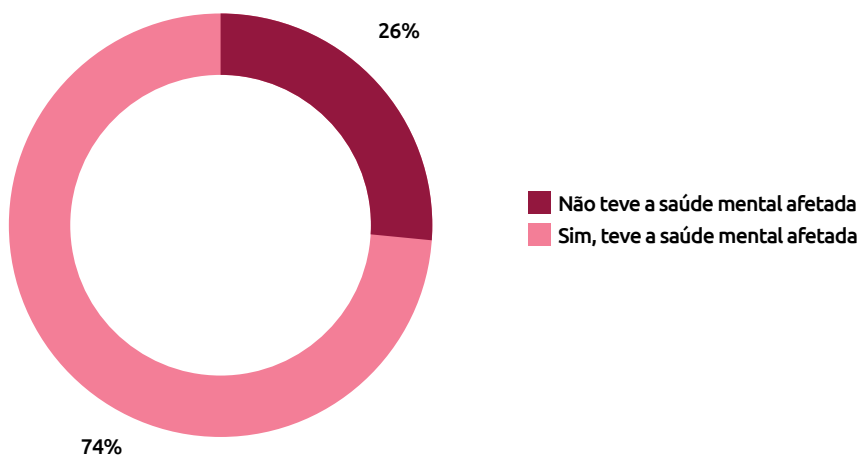
Vale mencionar que os resultados da presente pesquisa vão ao encontro a outros estudos produzidos por diversos(as) pesquisadores(as) e instituições no país sobre quem são as principais pessoas e grupos cujas vulnerabilidades são aprofundadas no contexto de pandemia⁵. Assim, as desigualdades estruturais - e interseccionadas - de classe, raça e gênero são agravantes não só em relação aos índices de exposição e óbito como também ao processo de vulnerabilização que a pandemia desencadeia.

Saúde Mental

Nesse momento de pandemia, um fator que vem sendo centro de debates sobre os efeitos da pandemia nos(as) profissionais da linha de frente é a saúde mental desses(as) trabalhadores(as). Dentre os(as) respondentes da pesquisa, 74% afirmaram que sua saúde mental foi afetada pela pandemia, como indica o Gráfico 16.

5 Um estudo coordenado pela PUC-Rio que informa que a maioria dos casos de COVID-19 se concentra em pessoas de 50 a 70 anos. Ainda, se observa uma disparidade no percentual de óbitos entre negros e brancos (55% e 38%, respectivamente). A pesquisa também mostra que aqueles com maior escolaridade possuem menos chances de vir a óbito - enquanto entre aqueles sem escolaridade 71,3% faleceu, no caso das pessoas com ensino superior esse valor é de 22%. Outro estudo mais recente estimou que a taxa de letalidade do vírus entre mulheres grávidas brancas é de 8,9% enquanto entre as gestantes negras essa fração sobe para 17% - ou seja, quase o dobro. Concomitantemente, uma série de publicações denunciam os problemas de inclusão e exclusão da política do Auxílio Emergencial, pois, segundo levantamento do Data Favela 65% dos moradores de favela solicitaram mas 39% desses solicitantes das periferias não receberam. Enquanto isso, 3,9 milhões das pessoas mais ricas do Brasil recebem o benefício (Instituto Locomotiva, 2020). A exclusão digital e exigência de aplicativos para cadastramento relâmpago na pandemia também podem operar como barreiras no acesso à política, haja vista que 25% dos brasileiros não têm acesso à Internet (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2019) e dos que têm acesso 58% é apenas pelo celular que chega a 85% das classes D e E.

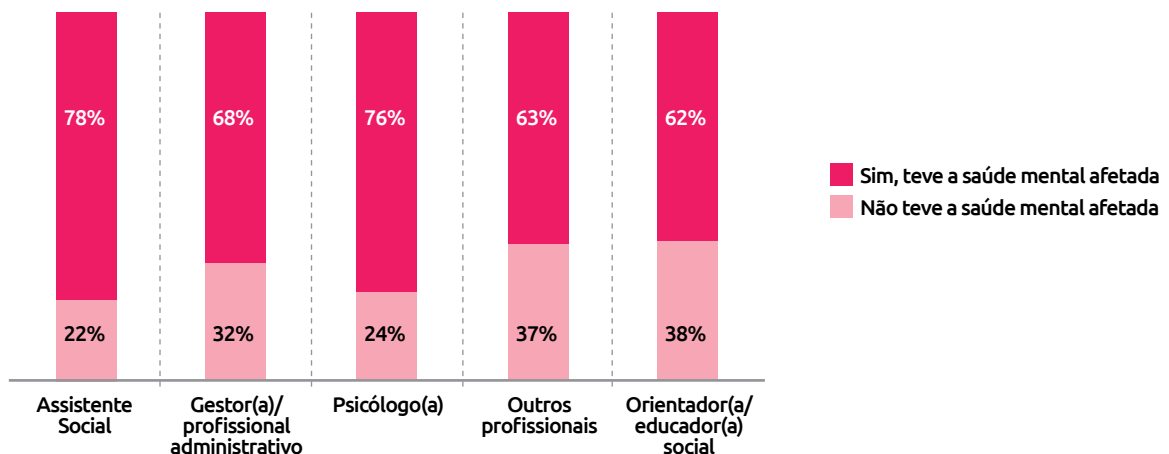
Gráfico 16 - Percepção sobre o impacto da pandemia na saúde mental (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

O Gráfico 17 abaixo ainda mostra que essa percepção varia entre as diferentes profissões. Assistentes sociais que dizem ter tido sua saúde mental afetada pela pandemia somam 78%, acima dos 63% de orientadores(as)/educadores(as) sociais e outros profissionais.

Gráfico 17 - Percepção sobre o impacto da pandemia na saúde mental - por profissão (%)



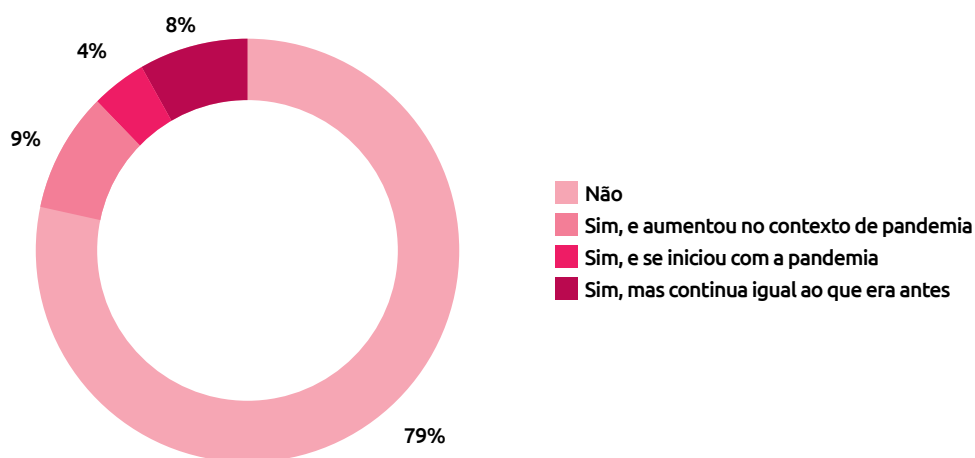
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Ao indagarmos sobre o apoio que estão recebendo neste sentido, 89% dos(as) profissionais afirmaram que não receberam qualquer tipo de apoio para cuidar da saúde mental. Dentre os que dizem ter recebido apoio institucional, o principal suporte apontado por grande parte dos(as) respondentes foi o de psicólogos(as) - alguns particulares e outros oferecidos pela gestora do serviço -, mas houve alguns respondentes(as) que buscaram o apoio na fé/religião, em conteúdos online, em colegas de trabalho e na própria família.

Adicionalmente, a pesquisa buscou saber se os(as) profissionais sofreram algum tipo de assédio moral durante a pandemia. Apesar de 79% terem afirmado que não sofreram qualquer tipo de assédio moral neste período, é preciso lançar luz aos 21% que indicaram respostas positivas, sendo que em 9% dos casos esse assédio aumentou durante a pandemia e, ainda, para 4% deles(as) a situação se iniciou na pandemia, conforme o Gráfico 18.

“Por ter sido contaminada pelo COVID 19, recebi comportamentos discriminatório e aversão de colegas e usuários.”

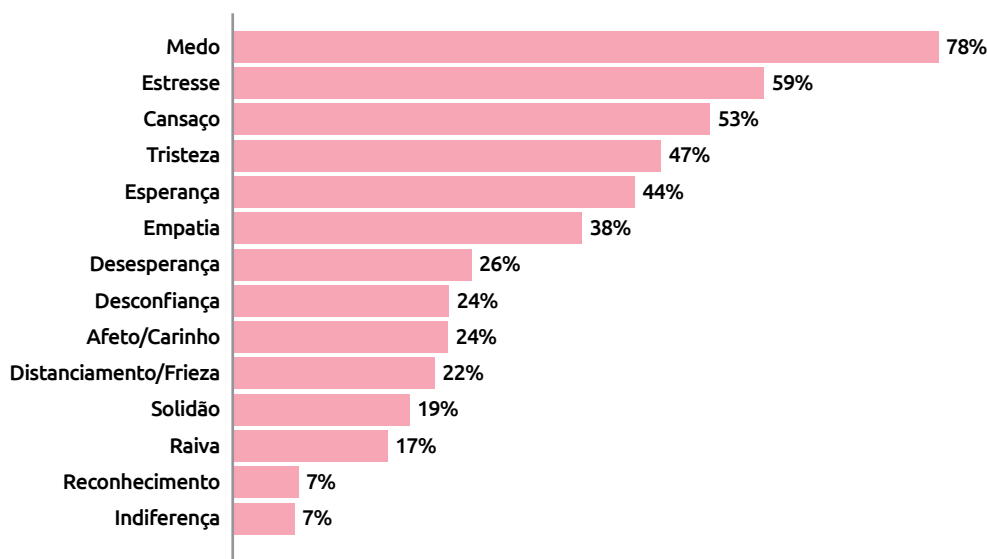
Gráfico 18 - Assédio moral (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Fundação Getúlio Vargas

Em seguida, aprofundamos a discussão ao perguntarmos quais emoções pessoais o(a) profissional sentiu ou sente durante a pandemia. O Gráfico 19 ilustra o cenário em que chama atenção o fato de os quatro principais sentimentos apontados pelos(as) respondentes serem negativos - medo, estresse, cansaço e tristeza - diferente do que encontramos nas emoções que envolvem a interação entre público atendido e profissionais.

Gráfico 19 - Emoções pessoais dos(as) profissionais da assistência social (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Nota: os(as) respondentes puderam escolher mais de uma opção, logo, a soma do percentual é superior a 100%. Fundação Getúlio Vargas

Dentre as situações que provocaram esses sentimentos, os(as) profissionais acreditam que foram o aumento progressivo da disseminação do vírus (76%), a possibilidade de transmitir o vírus para familiares/colegas (59%), possibilidade de se infectar (56%), incerteza sobre o futuro (52%) e falta de ação dos governos (50%). Os resultados corroboram com a informação do alto percentual de respondentes que sentem medo do coronavírus e, se somadas aos dados de falta de ação dos governos, formam um cenário preocupante em que os(as) profissionais estão constantemente expostos ao vírus, têm medo de se contaminar e têm na inação dos governos um dos fatores que causam prejuízo às condições de trabalho.

A situação demanda que os(as) próprios profissionais adotem estratégias para se manter motivados neste período, as quais foram elencadas em humor e empatia com os colegas (62%), isolamento social quando não está trabalhando (59%), solidariedade (57%), estar perto da família (50%) e compra de EPIs pessoais (48%). Ainda, 12% afirmaram não se sentir motivados ou seguros.

O QUE PARECE TER MUDADO ENTRE A 1ª E A 2ª FASE DA PESQUISA

Embora não possamos fazer uma relação exata sobre o antes e depois com os dados coletados - já que os(as) respondentes não são necessariamente os(as) mesmos(as) - ainda assim é possível construir algumas hipóteses do que parece ter mudado entre os dois meses que separam as duas coletas de dados realizadas. Abaixo traçamos algumas comparações simples sobre como as condições parecem (ou não) ter se alterado entre abril e junho.

Esperávamos que, após dois meses, a situação dos(as) trabalhadores(as) da assistência social estivesse melhor, dado o processo de aprendizado da pandemia e o maior investimento em recursos no período. No entanto, encontramos resultados bastante diversos e, ainda assim, ruins.

Na rodada anterior, 90,6% dos(as) profissionais da assistência social declararam sentir medo, fração que se manteve basicamente constante agora com 89% de respostas positivas. Com relação ao sentimento de preparo, houve uma leve melhora uma vez que na primeira rodada obtivemos o resultado de 80% de respondentes se sentindo despreparados(as), proporção que agora diminuiu para 74%.

Um dos caminhos possíveis para explicar esta mudança no sentimento de preparo diz respeito a uma possível melhoria na distribuição de EPIs e condições para o exercício do trabalho de forma segura e adequada.

Com relação às questões materiais, notamos algumas alterações. Na primeira rodada, apenas 61,5% alegaram não ter recebido EPIs enquanto na segunda rodada esse valor reduziu para 50%. Antes somente 12,9% dos(as) respondentes à época declararam ter recebido treinamento, e na coleta mais recente há um leve aumento para 17,1% de respostas positivas. Essas melhorias podem estar ligadas a uma sensação mais positiva dos(as) profissionais para lidar com a pandemia e seus efeitos diretos e indiretos. Mas ainda assim é importante ressaltar que estes dados são muito aquém do necessário no cenário atual, onde todos os profissionais da linha de frente deveriam receber EPIs e treinamento para atuarem na pandemia.

Ademais, na primeira rodada, no que diz respeito às relações hierárquicas, 54,6% afirmaram que receberam orientações de suas chefias sobre como atuar durante a crise, enquanto 41,4% disseram sentir suporte de seus superiores para enfrentar a crise. Os resultados obtidos pela nova amostra (de junho de 2020) expressam que 61% acreditam ter recebido orientações da chefia e 46% sentem suporte de seus superiores - o que confere uma leve melhora desses indicadores.

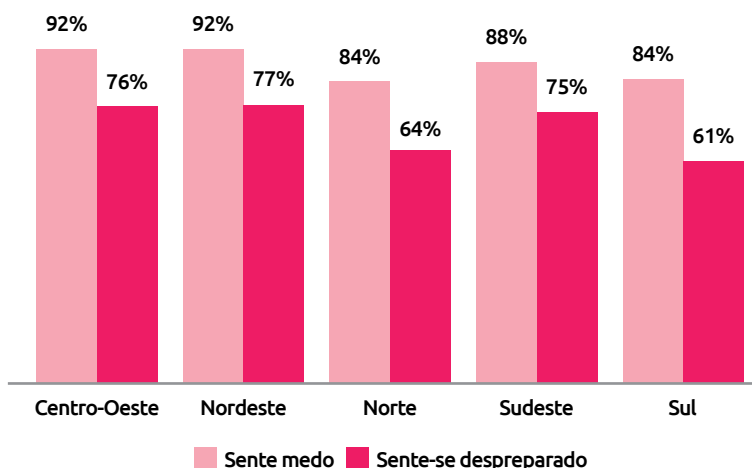
Os(as) profissionais da assistência social continuam divididos(as) sobre as ações dos governos estaduais. Antes, 45,1% acreditavam nas ações do governo municipal, 41,7% no governo estadual e 66,5% no governo federal. No cenário coletado pela atual amostra, 56% dos(as) respondentes entendem que o governo municipal tem dado suporte, esse número cai para 46% quando tratamos do governo estadual e para 22% quando perguntamos sobre o governo federal. O que se percebe, portanto, é um aumento da credibilidade dos governos subnacionais e perda de uma visão majoritariamente positiva sobre as ações feitas pela União.

Por fim, parece ter ocorrido uma elevação naqueles(as) que percebem que a pandemia alterou suas práticas de trabalho: em abril, eles(as) correspondiam a 74,2% e atualmente a 94%, o que nos leva a hipótese que a pandemia tem instalado novos procedimentos ao longo do tempo.

DESIGUALDADES ENTRE REGIÕES, PROFISSÕES, GÊNERO E RAÇA

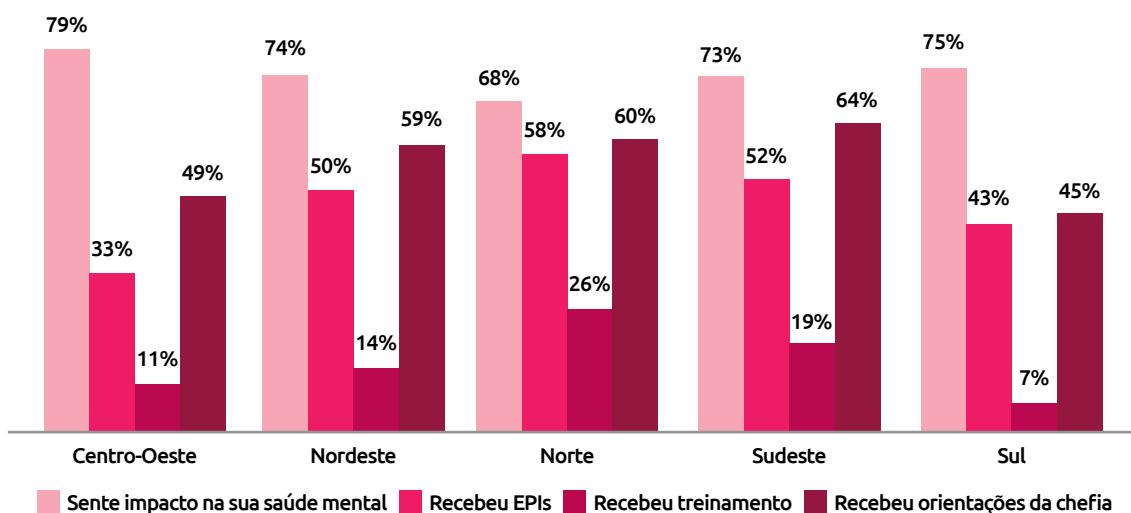
O aprofundamento das desigualdades em seus diversos espectros é uma das características mais graves de uma pandemia dessas proporções, e a desigualdade regional é especialmente marcante no Brasil. Apesar dos dados gerais sobre os sentimentos de medo e despreparo e das condições de trabalho nesse período terem demonstrado que a situação é desfavorável para profissionais de todo o país, há uma heterogeneidade entre as macrorregiões. Os Gráficos 20 e 21 mostram que, no caso do medo do coronavírus, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentam maior percentual de trabalhadores(as), diferente do dado sobre o despreparo, em que os(as) profissionais das regiões Norte e Sul se mostram mais despreparados para lidar com a crise. No que se refere às condições de trabalho, as regiões Sul e Centro-Oeste se destacam por serem as que menos recebem EPIs, treinamento e orientações da chefia.

Gráfico 20 - Resumo das percepções positivas sobre os sentimentos de medo e despreparo - por região (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Nota: os percentuais indicam as percepções positivas (Sim = 1). Fundação Getúlio Vargas

Gráfico 21 - Resumo das percepções positivas sobre as condições de trabalho - por região (%)

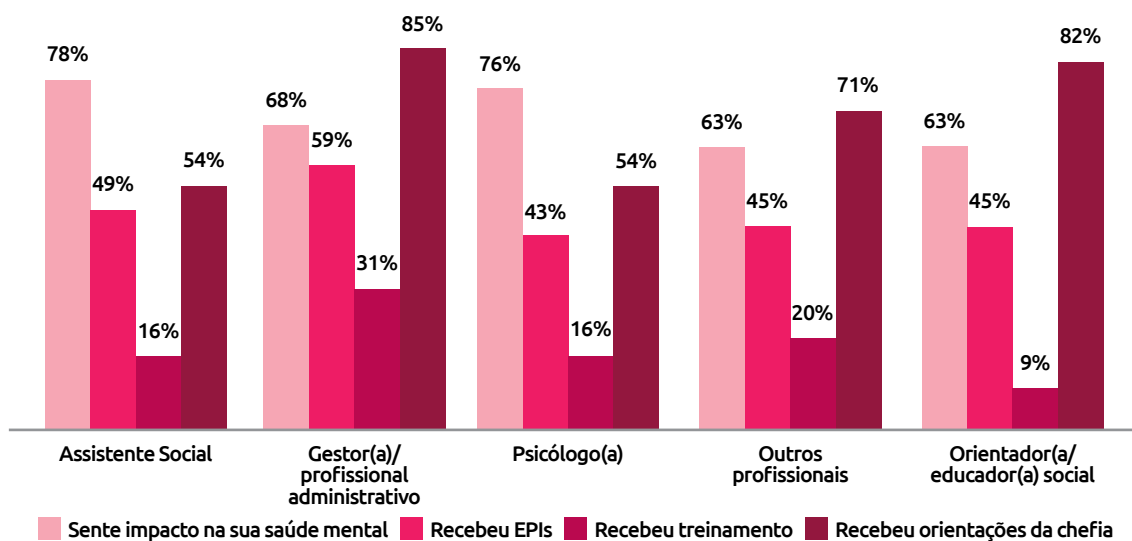


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Nota: os percentuais indicam as percepções positivas (Sim = 1). Fundação Getúlio Vargas

Como descrito ao longo deste relatório, as respostas computadas pela presente pesquisa demonstram uma diversidade de cenários e situações vivenciadas entre os(as) profissionais que participaram do questionário. Apesar de os dados demonstrarem alguma disparidade entre as diferentes carreiras, a análise aponta uma tendência geral na maioria das informações utilizadas. Como exceção, notamos que o grupo de gestores(as)/profissionais do administrativo indicou um percentual maior de pessoas que disseram ter recebido treinamento (31%), principalmente de comparado ao grupo de orientadores(as)/educadores(as) sociais, no qual apenas 9% diz ter sido treinado para o combate à crise. Assistentes sociais e psicólogos(as),

por sua vez, além de terem apresentado baixo percentual de profissionais treinados (16%), também representaram um número abaixo dos(as) demais profissionais no âmbito das orientações da chefia - 54% em ambas as profissões. O Gráfico 22 detalha a análise comparativa por profissões considerando quatro aspectos: impacto na saúde mental, fornecimento de EPIs, treinamento para combate ao coronavírus e orientações da chefia para lidar com a crise:

Gráfico 22 - Resumo das condições de trabalho - por profissão (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados amostrais coletados na pesquisa (n=1091). Nota: os percentuais indicam as percepções positivas (Sim = 1). Fundação Getúlio Vargas

Além disso, como já antecipado no bloco sobre o perfil de respondentes, a maioria das respondentes são mulheres (85%) e uma parte considerável são mulheres negras (43% do total de respondentes). Assim, faz-se necessário ressaltar as desigualdades estruturais às quais mulheres, em geral, e mulheres negras, em particular, estão sujeitas e que se acentuam durante a pandemia. Estas profissões, ligadas ao cuidado, são ainda mais demandadas durante a crise da COVID-19. Soma-se ao aumento da demanda profissional o acúmulo de trabalho em casa com cuidados da família, idosos(as) e dos filhos(as), que se complexificam durante a pandemia (CARVALHO, 2020). Entre as mulheres que responderam a presente pesquisa, 54% são assistentes sociais.

Neste sentido, muitas delas relatam, por exemplo, ausência prolongada de casa, dificuldades sobre com quem deixar os filhos para trabalhar ou medo de contaminar suas próprias famílias com a doença. Assim, o racismo e o sexismo expõem de forma distinta essas trabalhadoras à pandemia. Os dados coletados pela amostra, por exemplo, ilustram que é preciso estar atento aos efeitos da pandemia nas condições de vida e trabalho das mulheres profissionais da assistência social, porém considerando como raça, classe, território e ocupação modificam e exacerbam as desigualdades.

RECOMENDAÇÕES

Os resultados mencionados acima suscitam um conjunto de recomendações que deveriam ser atendidas pelas três esferas de governo (União, estados e municípios) para melhorar a situação em que estão os(as) profissionais de assistência social que trabalham na linha de frente do enfrentamento à crise, garantindo a todos(as) recursos, informações adequadas e proteção. É central lembrar que estes profissionais atuam nos cuidados dos grupos mais vulneráveis, para os quais o Estado deve, acima de tudo, prover políticas e resguardar direitos neste momento.

A seguir elencamos algumas delas que, embora não esgotem as possibilidades, ajudam a construir uma agenda de ações. A continuidade e agravamento da pandemia no território brasileiro exigem que políticas, recursos e investimentos sejam direcionados para manter a segurança e bem-estar dos(as) profissionais da ponta. Muito embora os dados coletados e apresentados estejam circunscritos dentro do universo amostral (n = 1091), as análises demonstram, mais uma vez, que é preciso atenção com a saúde e a vida desses(as) profissionais.

- Intensificar a distribuição de equipamentos de proteção individual e de testes rápidos, tanto para monitoramento da população atendida, quanto dos(as) profissionais da assistência;
- Manter, de forma atualizada e transparente, dados sobre infecções e mortes entre profissionais da assistência social, com intuito de garantir o melhor controle sobre a doença e evitar seu alastramento;
- Definir e disseminar, mesmo após meses de pandemia, informações sobre fluxos de trabalho, procedimentos, práticas de proteção, etc.;
- Priorizar o suporte emocional e psicológico dos(as) profissionais da ponta, sobretudo nesse momento em que a pandemia já se arrasta por muitos meses;
- Estabelecer diálogo sistemático com sindicatos e órgãos representativos dos(as) profissionais da assistência a fim de que possam ser viabilizadas melhores condições de trabalho, de acordo com cada realidade local;
- Promover atividades de prevenção de práticas de assédio moral e disponibilizar canais de denúncia e estratégias de proteção a esse profissional;
- Estabelecer critérios e padrões de segurança claros para a eventual retomada das atividades presenciais dos equipamentos da rede socioassistencial, principalmente no que se refere à proteção dos profissionais e a não sobrecarga de trabalho;
- Considerar, em todas as medidas institucionais, a realidade das mulheres profissionais da assistência social, a fim de permitir a conciliação de suas responsabilidades domésticas e com os filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRYMAN, Alan. Social research methods. Oxford university press, 2016.

CARVALHO, Laura. Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado. Todavia, 2020.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 13, p. 53-64, 2016.

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. 2019 [1980].

SALDAÑA, Johnny. The coding manual for qualitative researchers. Sage, 2015.

STATISTICS CANADA; STATISTICS CANADA. SOCIAL SURVEY METHODS DIVISION. Survey methods and practices. Statistics Canada, 2003.

NOTA TÉCNICA

2ª FASE

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

REALIZAÇÃO

Fundação Getulio Vargas
Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB)



DIAGRAMAÇÃO